

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.ª SL

Aos 05 dias do mês de maio de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

10:00 HORAS

1. *Audição, por videoconferência, da Comissão Técnica de Vacinação contra a Covid-19, requerida pelo PSD, em conjunto com a CEAMCOVID19, «tendo em vista obter os devidos esclarecimentos sobre as razões que serviram de base para as alterações dos critérios de vacinação»;*
2. *Informações;*
3. *Apreciação e votação da ata n.º 69, de 28 de abril de 2021;*
4. *Ratificação das votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho da Saúde Mental, relativas ao Texto Final resultante dos Projetos de Resolução n.ºs 850/XIV/2.ª (PCP), 861/XIV/2.ª (CDS-PP), 869/XIV/2.ª (BE), 879/XIV/2.ª (Ninsc Joacine Katar Moreira), 880/XIV/2.ª (IL), 963/XIV/2.ª (PSD), 964/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues) e 969/XIV/2.ª (PAN);*
5. *Discussão do Projeto de Resolução n.º 1219/XIV/2.ª, do BE - «Pela urgente criação de uma unidade de cuidados intensivos no Centro Hospitalar do Oeste»;*
6. *Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 234/XIV/2.ª- «Por uma ficha online com estado dos pacientes internados no SNS e acessível pelas famílias» - Relator: Deputado Moisés Ferreira;*
7. *Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar e do Conselho Diretivo do INEM, sobre «a contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias;*
8. *Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição urgente da Liga Portuguesa Contra o Cancro e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais «sobre o despacho do Governo que está a fazer com que doentes oncológicos percam o direito ao atestado multiuso e consequentes benefícios»;*
9. *Outros assuntos.*

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.º SL

1. Audição, por videoconferência, da Comissão Técnica de Vacinação contra a Covid-19 (CTVC), requerida pelo PSD, em conjunto com a CEAMCOVID19, «tendo em vista obter os devidos esclarecimentos sobre as razões que serviram de base para as alterações dos critérios de vacinação»

A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade da CTVC, na pessoa do Professor Válder Fonseca, Dr. José Gonçalo Marques e Professor Luís Graça e concedeu de seguida a palavra à Deputada Sandra Pereira.

A Deputada Sandra Pereira apresentou o [requerimento do PSD](#), referindo que têm acompanhado o processo de vacinação e que estão empenhados em que este corra sem sobressaltos, contextualizando de seguida o atual panorama dos critérios de vacinação e tendo colocado questões sobre as restrições aplicadas em Portugal às vacinas da AstraZeneca e da Janssen, sobre o modo de comunicação das informações e das atualizações sobre critérios de vacinação e sobre os procedimentos a aplicar no caso das pessoas que decidam recusar as vacinas que têm restrições.

Respondeu o Professor Válder Fonseca, que explicou as funções da CTVC, referindo que o plano de vacinação é dinâmico e adaptável e que, como tal, tem vindo a ser necessário adaptar a vacinação à melhor evidência científica, recordando que o plano inicial foi elaborado numa fase de escassez de vacinas, daí a adoção da proposta da CTVC, que previa a vacinação de grupos prioritários e a vacinação por faixas etárias decrescentes, esclarecendo igualmente que, quanto às recomendações das faixas etárias elegíveis para a toma das vacinas da Janssen e da AstraZeneca, as avaliações são feitas país a país, consoante a disponibilidade de vacinas e a ocorrência de eventos adversos, sendo as presentes restrições uma medida cautelar, que podem assumir carácter transitório. Acrescentou que Portugal adquiriu vacinas em quantidade superior ao número de pessoas elegíveis para a toma de vacinas, o que é positivo

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram Bruno Aragão, que começou por referir ser importante haver uma perceção, por parte do público, do cumprir dos critérios de vacinação, tendo colocado questões sobre a base científica dos critérios e suas alterações; Diana Santos, que lembrou a necessidade de priorizar a vacinação dos cuidadores informais, dos trabalhadores nos centros de apoio à vida independente e das pessoas com lesões medulares, tendo colocado questões sobre a referenciação destes grupos para vacinação, a revisão dos critérios e a inclusão nos grupos prioritários; João Dias, que lembrou que a vacinação é arma central do combate à

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.ª SL

pandemia e que a confiança da população na vacina é fundamental, tendo colocado questões sobre a estratégia de comunicação utilizada, a implementação de um esquema vacinal que contemple o reforço das vacinas, a escolha na toma da segunda dose e sobre imunidade de grupo; Ana Rita Bessa, que questionou sobre a evidência e a base científica por detrás da decisão de restringir a toma das vacinas da Janssen e da AstraZeneca e ainda sobre a vacinação heteróloga.

Respondeu o Professor Válder Fonseca, salientando que o fator da confiança na vacina é fundamental, alcançando-se o mesmo através de uma boa estratégia de comunicação, lembrando igualmente que a confiança na eficácia das vacinas é já um marco na história de Portugal. Esclareceu ainda que os critérios são baseados nas informações científicas mais atuais e na melhor evidência científica e que, no que concerne aos grupos prioritários, os grupos que dão respostas sociais foram identificados como tal, priorizando-se assim a vacinação de pessoas que cuidam de outras pessoas.

Em complemento à resposta do Professor Válder Fonseca, intervieram: o Dr. José Gonçalo Marques, que esclareceu que os grupos prioritários já preveem um número alargado de patologias, destacando as patologias neuromusculares e algumas patologias psiquiátricas, referindo igualmente que o aumento do número de doses ainda não está definido e dependerá do contexto específico, podendo-se adaptar o plano e o intervalo entre as doses; o Professor Luís Graça, que prestou esclarecimentos acerca da imunidade de grupo, referindo que as vacinas conseguem em grande medida travar a infeção e que a percentagem de 70%, utilizada para definir a imunidade de grupo baseia-se em diversos fatores, destacando os padrões de infeção do vírus, o grau de imunidade providenciado pelas vacinas, a existência de variantes e as experiências de vacinação anteriores, percentagem que poderá contudo ser revista com base na evidência apresentada. Esclareceu igualmente que as recomendações acerca das vacinas resultam do facto de cada país olhar para os dados das vacinas de maneiras diferentes, devendo essa visão contemplar igualmente a situação epidemiológica e a disponibilidade de vacinas, daí a constante atualização destas recomendações.

O Professor Válder Fonseca explanou ainda as diferentes estratégias adotadas na toma da segunda dose da vacina nas diferentes faixas etárias, esclarecendo que a hipótese da vacinação heteróloga está a ser estudada, sendo que os dados apontam para que esta estratégia é exequível.

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.ª SL

Na segunda ronda solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Bruno Aragão, Sandra Pereira, Diana Santos, João Dias e Ana Rita, que foram prestados pelo Professor Válder Fonseca, Dr. José Gonçalo Marques e Professor Luís Graça.

A Presidente reiterou os agradecimentos ao Professor Válder Fonseca, ao Dr. José Gonçalo Marques e ao Professor Luís Graça, salientando a pertinência dos esclarecimentos prestados, após o que deu a audição por encerrada.

2. Informações;

A Presidente informou os Deputados que se encontra confirmada a audição, no próximo dia 12 de maio, às 10:00, do Coordenador da Task-Force para a Vacinação, Vice-Almirante Gouveia e Melo, requerida pelo Grupo Parlamentar do PSD e recordou a terceira audição regimental da Ministra da Saúde, agendada para o próximo dia 19 de maio, às 9:00. Informou igualmente que foi distribuída a todos os Deputados a proposta de texto comum, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, relativa aos Projetos de Resolução sobre a temática da obesidade, ficando a discussão e votação do texto final agendada para a reunião da Comissão do próximo dia 12 maio.

3. Apreciação e votação da ata n.º 69, de 28 de abril de 2021;

A ata, nº 69, respeitante à reunião de dia 28 de abril de 2021 foi submetida a apreciação, tendo sido aprovada por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

4. Ratificação das votações indiciárias realizadas no Grupo de Trabalho da Saúde Mental, relativas ao Texto Final resultante dos Projetos de Resolução n.ºs 850/XIV/2.ª (PCP), 861/XIV/2.ª (CDS-PP), 869/XIV/2.ª (BE), 879/XIV/2.ª (Ninsc Joacine Katar Moreira), 880/XIV/2.ª (IL), 963/XIV/2.ª (PSD), 964/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues) e 969/XIV/2.ª (PAN);

Foram ratificadas as votações indiciárias, realizadas no Grupo de Trabalho da Saúde Mental, relativas ao Texto Final resultante dos Projetos de Resolução n.ºs 850/XIV/2.ª (PCP), 861/XIV/2.ª (CDS-PP), 869/XIV/2.ª (BE), 879/XIV/2.ª (Ninsc Joacine Katar Moreira), 880/XIV/2.ª (IL), 963/XIV/2.ª (PSD), 964/XIV/2.ª (Ninsc Cristina Rodrigues) e 969/XIV/2.ª (PAN), registando-se as ausências do PAN e do CH.

O Deputado Bruno Aragão referiu o esforço elaborado no sentido de se encontrar um texto que reunisse todas as sensibilidades em análise, dizendo que o Grupo



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.ª SL

Parlamentar do PS mantém a sua posição acerca da aplicação do plano de saúde mental.

A Deputada Ana Rita Bessa referiu igualmente que este processo não foi fácil porque o texto reúne muitas sensibilidades e perspetivas diferentes sobre a saúde mental.

A Presidente elogiou os esforços envidados no sentido de se encontrar um texto comum numa matéria com um leque tão amplo de opiniões.

5. Discussão do Projeto de Resolução n.º 1219/XIV/2.ª, do BE - «Pela urgente criação de uma unidade de cuidados intensivos no Centro Hospitalar do Oeste»

O Deputado João Dias requereu o adiamento deste ponto, uma vez que o PCP irá também apresentar um PJR sobre esta matéria, pelo que foi reagendado para a próxima reunião da Comissão.

6. Discussão e votação do Relatório Final da Petição n.º 234/XIV/2.ª - «Por uma ficha online com estado dos pacientes internados no SNS e acessível pelas famílias» - Relator: Deputado Moisés Ferreira

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o Relatório Final da Petição acima descrita, descrevendo, em suma, o seu objeto, as propostas aí apresentadas e o cumprimento dos requisitos legais e formais, referindo ainda que deve ser dado conhecimento do seu teor aos Grupos Parlamentares e ao Governo, devendo o Relatório ser remetido ao PAR e dele ser dado conhecimento aos peticionários.

A Deputada Sandra Pereira cumprimentou o Deputado Relator pelo seu Relatório e referiu que o PSD ficou ciente da realidade descrita na Petição. O Deputado Bruno Aragão cumprimentou igualmente o Deputado Relator pela apresentação do seu Relatório e referiu que a Petição levanta questões que poderão ser discutidas em maior detalhe. O Deputado João Dias cumprimentou igualmente o Deputado Relator e salientou igualmente a pertinência das questões levantadas pela Petição.

Submetido a votação, foi o Relatório Final aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

7. Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição do Sindicato dos Técnicos de Emergência Pré-Hospitalar e do Conselho Diretivo do INEM sobre «a contratação e formação dos TEPH e condições de trabalho e da frota de ambulâncias»

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.ª SL

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento do BE](#) e expôs as razões de ser do mesmo, lembrando a manifestação dos TEPH no passado dia 27 de Abril e as denúncias feitas pelos mesmos no que concerne à falta de manutenção da frota de ambulâncias e ao desrespeito por alguns direitos laborais, referindo que estas são questões que se arrastam e podem pôr em causa o regular funcionamento da emergência pré-hospitalar, mostrando-se por isso importante ouvir o Sindicato que organizou a referida manifestação, para conhecer a atual situação.

A Deputada Susana Correia, referiu nada ter a opor ao requerido e, tendo em conta a matéria em causa, requereu que fosse incluída a Sociedade Portuguesa de Emergência Hospitalar na lista de entidades a ouvir.

A Deputada Sandra Pereira disse nada ter a opor ao teor do requerimento, reconhecendo a importância da temática em análise.

O Deputado João Dias referiu a importância da emergência pré-hospitalar, sobretudo no atual contexto e o acompanhamento das questões levantadas pelo presente requerimento, pelo que nada tem a opor ao mesmo.

Submetidos a votação, o requerimento do BE e o requerimento oral do PS foram aprovados por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

8. Discussão e votação do requerimento do BE, que solicita a audição urgente da Liga Portuguesa Contra o Cancro e do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais sobre «o despacho do Governo que está a fazer com que doentes oncológicos percam o direito ao atestado multiuso e consequentes benefícios»

O Deputado Moisés Ferreira apresentou o [requerimento do BE](#), explanando as razões de ser do mesmo, referindo que a audição requerida vem na sequência de notícias trazidas a público sobre a perda de acesso ao atestado multiuso e seus benefícios, por parte de alguns doentes oncológicos, na sequência da reavaliação do seu grau de incapacidade, devido a um despacho do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais que faz uma reinterpretação da legislação em vigor e da prática estabelecida, o que fragiliza a situação médica e social destes doentes.

A Deputada Sónia Fertuzinhos referiu ser muito oportuno o requerimento do BE, pois o PS faz uma leitura e interpretação diferentes do referido despacho, sendo necessário esclarecer todas as dúvidas, tendo em conta a importância da temática e a circunstância da atribuição destes atestados não se limitar a doentes com patologias oncológicas.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.ª SL

A Deputada Sandra Pereira concordou com o acompanhamento que esta situação merece e salientou a pertinência destas audições, declarando que o PSD não se opõe ao requerimento.

A Deputada Ana Rita Bessa referiu que o Grupo Parlamentar do CDS-PP também recebeu a documentação enviada pela Liga Portuguesa contra o Cancro, tendo feito uma pergunta ao Governo no sentido de obter esclarecimentos sobre a lógica subjacente ao despacho, por isso entende ser muito útil proceder às referidas audições. Submetido a votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade, registando-se as ausências do PAN e do CH.

A reunião foi encerrada às 11:37 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a sua gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#).

Palácio de São Bento, 07 maio 2021.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 70/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Joana Lima (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Álvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Rui Cristina (PSD)
Sandra Pereira (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Moisés Ferreira (BE)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
Francisco Rocha (PS)
João Gouveia (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Sara Velez (PS)
Fernanda Velez (PSD)
Jorge Salgueiro Mendes (PSD)
João Dias (PCP)
Lara Martinho (PS)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
Artur Soveral Andrade (PSD)
Cláudia André (PSD)
Diana Santos (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paula Santos (PCP)
André Ventura (CH)